

A CONSCIÊNCIA DA OPRESSÃO

ESTUDO SOBRE A PERSONAGEM JULIANA DE O PRIMO BASÍLIO

JOSÉ CARLOS BRUNI

A CONSCIÊNCIA DA OPRESSÃO

ESTUDO SOBRE A PERSONAGEM JULIANA DE *O PRIMO BASÍLIO*

JOSÉ CARLOS BRUNI

O enredo de *O Primo Basílio* é simples: Luísa, na ausência de Jorge, seu marido, comete adultério com Basílio; Juliana, a criada, descobre o fato e faz chantagem contra Luísa que, a fim de ocultar o crime ao esposo, cede às exigências da criada. O desenlace se dá com a morte de Luísa, cujas forças foram lentamente se consumindo no esforço de representar, frente a Jorge, o papel de esposa imaculada sob o olhar cúmplice e acusador de Juliana.

No desenrolar da trama, Eça de Queirós apresenta um quadro da sociedade lisboeta de fins do século passado, onde os personagens, ao invés de configurarem individualidades únicas, encarnam sobretudo certas categorias sociais. A análise concentra-se no ambiente familiar pequeno-burguês, lugar em que forças sociais mais amplas se entrecrocaram. A pequena-burguesia aparece assim como classe essencialmente dependente das contradições que operam na sociedade global. Eça caracteriza essa posição intermediária fazendo com que todo o enredo (e seu desenvolvimento) dependa de dois personagens que representam os polos da sociedade: Basílio, a burguesia, e Juliana, o proletariado. Em todo o romance, apenas Basílio e Juliana *agem*, isto é, perseguem determinados objetivos e estabelecem os meios de os alcançarem. Os demais personagens, quase todos eles pequeno-burgueses, sofrem as conseqüências da ação desses dois. São seres passivos, sonhadores, inertes, são meros “gestos” (no sentido sartreano), e sua essência coincide, em maior ou menor medida, com a da personalidade de Luísa, figura exemplar que resume todos os defeitos e qualidades do “espírito” pequeno-burguês.

Basílio e Juliana são os únicos personagens ativos do romance: Basílio administra o capital proveniente de especulações financeiras realizadas no Brasil e Juliana, esta trabalha, é simples criada doméstica. Ao primeiro, sobra-lhe tempo para o prazer. A segunda, sob a pressão do trabalho, vive na preocupação com a

subsistência diária e com o futuro. O primeiro goza da liberdade e anda à busca de aventuras. A segunda, imersa na necessidade, visa exatamente a conquistar a liberdade, e finalmente, viver.

Nosso objetivo é analisar como são elaborados, em *O Primo Basílio*, os momentos essenciais da consciência de Juliana frente a opressão em que vive e a estratégia que se propõe para a libertação, dentro do quadro geral das possibilidades objetivas existentes, o que nos fornecerá ocasião de acompanhar de perto um modelo típico das relações entre empregada e patroa.

I

Como que em três pinceladas sucessivas, Eça introduz a personagem Juliana, antes de elaborar uma exposição pormenorizada da mesma. Desses três momentos iniciais, o mais importante é o instante do surgimento de Juliana. Citemos a passagem por inteiro.

“— E os meus coletes brancos? — disse (Jorge).

— Devem estar prontos.

Para se certificar chamou Juliana.

Houve um ruído domingueiro de saias engomadas, Juliana entrou, arranjando nervosamente o colar e o broche. Devia ter quarenta anos, era muitíssimo magra. As feições, miúdas, espremidas, tinham a amarelidão de tons baços das doenças de coração. Os olhos grandes, encovados, rolavam numa inquietação, numa curiosidade, raiados de sangue, entre pálpebras sempre debruadas de vermelho. Usava uma cuia de retrós imitando tranças, que fazia a cabeça enorme. Tinha um tique nas asas do nariz. E o vestido chato sobre o peito, curto da roda, tufado pela goma das saias — mostrava um pé pequeno, bonito, muito apertado em botinas de duraque com ponteiros de verniz.

Os coletes não estavam prontos, disse com uma voz muito lisboeta, não tivera tempo de os meter em goma.”¹

Juliana surge assim ligada à preocupação dos padrões com os coletes. Objetos alheios e a obediência ao chamado dos amos trazem Juliana à existência (literária). É de se notar também o caráter sintético do texto. São fixados o caráter do personagem, seu aspecto físico doentio e a tendência para um comportamento determinado, a curiosidade. Desde agora ficamos sabendo que Juliana está à espreita, à procura de algo. Aos poucos saberemos do quê. E como criada é desleixada: não tinha feito o serviço. Nada mais é dito, mas é o suficiente para revelar que trabalha de má vontade, ou antes, que o trabalho é uma obrigação externa, à qual não pode furtar-se.

(1) *O Primo Basílio*, in Eça de Queirós, *Obra Completa*, vol. I, Rio de Janeiro, Companhia José Aguilar Editora, 1970, pg. 558. Citaremos a seguir sempre desta edição, indicando apenas o número da página.

Num segundo momento, Eça especifica outra qualidade fundamental de Juliana, sua natureza vingativa. Mesmo sabendo que não devia, deixa Leopoldina entrar, e conta o fato a Jorge, o que provoca uma reação de ódio violento em Luísa. Juliana é mesquinha, procura incomodar a patroa com pequenas coisas, é má, vingava-se à menor oportunidade. E assim se estabelece a natureza definitiva das relações entre criada e patroa a partir de então: ódio, mas um ódio não tão grande a ponto de produzir separação. É antes uma surda oposição, que ao mesmo tempo separa as consciências e as solicita, uma para a outra.

No terceiro momento, Juliana, doente, pede para ir ao médico. “... Pois sim, vá — disse Luísa. Mas arranje tudo antes. E não se demore, hem?” (586). E Juliana decifra com justeza o sentido do consentimento: “— Diz que me não demorasse no médico. É como quem diz, cura-te depressa ou espicha depressa.” (586). “— Todas o mesmo, uma récua.” (587). Nesta altura, Eça acrescenta algo de novo e decisivo para a caracterização do personagem: Juliana não odeia Luísa como indivíduo, mas na sua condição de patroa. Luísa é odiada por pertencer à classe das patroas, à classe que Juliana deve servir.

Com esses elementos, está preparada a exposição desenvolvida do personagem, o que se dá ao final do capítulo III.

“Servia, havia vinte anos. Como ela dizia, mudava de amos, mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifros, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repelões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfalfar-se quando voltava a saúde.... Era de mais.(...) Nunca se acostumava a servir.” (597). Miséria, humilhação, trabalho: era esta sua vida. E o trabalho sempre vivido como fardo; nunca se lhe chegou a ser uma coisa natural, um hábito a exercer-se mecanicamente, uma rotina. Era algo imposto, cada ato do serviço caseiro era uma usurpação da liberdade, um roubo injustificado, um novo esforço, a cada momento solicitado. Mas não é o trabalho em si mesmo que é a alienação, é o fato de ter de trabalhar para os outros, sem ter nunca a possibilidade de trabalhar para si: “Desde rapariga a sua ambição fora ter um negociozito, uma tabacaria, uma loja de capelista ou de quinquilharias, dispor, governar, ser patroa.” (597). Ser patroa é o seu projeto, sua finalidade é ascender de classe social, negando a classe de origem. Todo o problema de Juliana é estabelecer a estratégia correta para se libertar da condição de criada. Sim, porque a aguda consciência de si de Juliana não a ilude a ponto de desenvolver uma falsa consciência que a desviasse deste projeto essencial de libertação. Assim, Juliana não esquece por um instante sequer que é criada: e descarta a possibilidade de utilizar a própria situação como um meio de melhoria geral de sua vida. Não se tornava mais serviçal para explorar a generosidade das patroas, não se permitia ser “boazinha”. Nem as alegrias do sexo atraíam-na. Juliana leva às últimas conseqüências a determinação férrea de se libertar e sabe distinguir o consolo da realidade. Mas essa lucidez encontra o obstáculo da própria realidade a limitá-la. A impossibilidade de sair imediatamente da condi-

ção de opressão é o desespero de Juliana, desespero que a leva ao ódio. O ódio é o meio psíquico em que Juliana pensa. O ódio torna-a mesquinha: entrem-se com pequenas vinganças nas várias casas onde trabalha. As conseqüências são imediatas: é constantemente despedida, o que acarreta um medo profundo do futuro e a necessidade de conformar-se aparentemente com a sua situação. “O pão. Aquela palavra que é o terror, o sonho, a dificuldade do pobre assustou-a. Era fina e dominou-se. Começou a fazer-se “uma pobre mulher”, com afetações de zelo, um ar de sofrer tudo, os olhos no chão. Mas roía-se por dentro.” (598). Nessas condições desenvolve-se o ódio indiscriminado contra as patroas. “Odiava-as a todas, sem diferença. É patroa e basta. Pela mais simples palavra, pelo ato mais trivial. Se as via sentadas: “Anda, refestela-se, que a moura trabalha”. Se as via sair: “Vai-te, a negra cá fica no buraco. (...). Resumia as patroas na mesma palavra — *uma récuca*. A ama era para ela o Inimigo, o Tirano.”(598).

Assim, o ódio de Juliana leva-a à irracionalidade: ela não distingue mais o indivíduo da classe, ela toma o indivíduo como a encarnação da totalidade, como a encarnação da classe na sua totalidade. Para Juliana, só os indivíduos são reais, e os conceitos universais são irrealis quando tomados à parte dos indivíduos. Desta forma, lutar contra uma patroa individual significa ao mesmo tempo lutar contra a classe das patroas na sua totalidade. A impossibilidade de conferir à classe uma relativa autonomia em relação aos indivíduos constitui exatamente a limitação da consciência de classe de Juliana, do ponto de vista lógico.

Mas as anteriores tentativas de luta de Juliana tiveram como resultado um conhecimento positivo: ela aprende que não se pode lutar ao nível das meras relações de trabalho, isto é, ao nível puramente econômico, tal como a classe que ela quer destruir as define. É o que ela conclui do resultado de sua atuação no caso da tia de Jorge: na esperança de ser recompensada pelos seus serviços como enfermeira, desdobra-se no trabalho e ao final não recebe nenhuma gratificação. Juliana reconhece então a inutilidade de esperar que a classe a que serve possa libertá-la das condições de servidão que impõe aos seus servidores. Sabe que a ação emancipadora tem de partir dela, criada, que a liberdade tem de ser conquistada, obtida com suas próprias forças. E essa ação não pode situar-se no terreno econômico. Em qual terreno então? No terreno moral. Trata-se de descobrir algo que seja moralmente condenável e explorar a imoralidade da classe opressora. Daí o sentido de sua curiosidade. “Era fácil encontrá-la, de repente, cosida por detrás de uma porta com a vassoura a prumo, o olhar aguçado. Qualquer carta que vinha era revirada, cheirada... Remexia sutilmente em todas as gavetas abertas, vasculhava em todos os papéis atirados. Tinha um modo de andar ligeiro e surpreendedor. Examinava as visitas. Andava à busca de um *segredo*, de um *bom segredo*. Se lhe caía um nas mãos!” (599). Assim se define a estratégia final de Juliana: destruir a Patroa no plano moral, explorando a sanção de classe contra o mal que a Patroa por ventura vier a cometer.

Juliana não luta contra as condições que determinam a sua exploração, mas contra a exploração imediata, na figura da servidão. Não luta contra a clas-

se que se beneficia das condições de exploração, mas contra o indivíduo que exerce empiricamente a dominação. A exploração é algo de natural, de dado e definitivo. E por não superar o mecanismo da exploração, que a penetra até o fundo da alma, Juliana vê sua salvação apenas na exploração da miséria moral dos seus tiranos.

II

Após ter assim caracterizado a personalidade básica de Juliana, Eça irá narrar sua ação.

As visitas constantes de Basílio à casa espíçam a curiosidade da criada, que passa a observar tudo com mais atenção. Mesmo o fato de Basílio ser parente não a desanima. “É o primo. — refletia ela. — E só vem então quando o marido se vai. Boa. E fica-se toda no ar quando ele sai, e é roupa branca e mais roupa branca, e roupão novo, e tipóia para o passeio, e suspiros e olheiras! Boa bêbedal Tudo fica na família! Os olhos luziam-lhe. Já se não sentia tão lograda. Havia ali muito ‘para ver e para escutar’.” (613). Quer ser a testemunha do interdito. Sua esperança é tão forte de que algo vai acontecer, que agüenta todos os caprichos da patroa, mesmo que o trabalho seja cada vez mais pesado e cansativo.

Durante todo esse tempo de espera, Eça, muito habilmente, contrasta o comportamento e as expectativas de Juliana com as de Joana, a cozinheira. A ideologia desta resume-se numa declaração: “É ter paciência. Todos têm a sua cruz.” (639). Ela não é escrava do amo, mas da vida. Joana representa o conformismo, a acomodação: tem seu amante, e nessa medida todas as demais relações com o mundo caem-lhe sob a rubrica da fatalidade. As coisas “são” assim, e seu interesse prende-se tão somente à satisfação do sexo. De forma que jamais Joana pode constituir-se em um eventual aliado para Juliana. Esta percebe isto muito bem, disfarça e esconde seus objetivos. Entre Juliana e Joana, apesar de existir a mesma condição de classe, não há o menor laço subjetivo de solidariedade. Da mesma forma que identifica somente indivíduos da classe opressora, Juliana também vê apenas indivíduos isolados na classe oprimida, sem que nenhum traço comum possa constituí-los objetivamente como classe. Assim, sua libertação é assunto puramente pessoal, que não envolve mais ninguém.

E os instrumentos dessa libertação não tardam a chegar. Juliana certifica-se que Lúsa tem um amante e se apodera das provas do adultério; apossa-se habilmente de uma carta jogada irrefletidamente ao lixo e rouba outra de dentro de uma caixa.

“E desde esse dia Juliana saboreava com delícias, com gula, muito consigo — aquele gozo de a ter “na mão”, a Luisinha, a senhora, a patroa, a *piorrinha*. Via-a aperaltar-se, ir ao homem, cantarolar, comer bem — e pensava com uma voluptuosidade felina: ‘Anda, folga, folga, que eu cá ta tenho armada.’ Aquilo dava-lhe

um orgulho perverso. Sentia-se vagamente *senhora da casa*. Tinha ali fechada na mão a felicidade, o bom nome, a honra, a paz dos patrões! Que desforra!” (709). Luísa é agora objeto de Juliana, que se sente como a verdadeira patroa. Ao mesmo tempo, Juliana encarna o ponto de vista que desfaz, pela observação e pela ação, as ilusões de uma moralidade aparente e mesquinha. Mas o interessante é acompanhar a fina dialética que se desenvolve ao nível das relações psicológicas entre Juliana e Luísa.

A posse de Luísa é a negação da essência de criada, do ponto de vista de Juliana. Isto se traduz num duplo movimento aparente, que constitui a negação das novas relações reais: o empenho no trabalho e a adoração de Luísa. Juliana trabalha mais, mostra-se mais servil e chega até a sentir gosto pelo serviço. Isto é, como na realidade não é mais criada (conforme seu ponto de vista), permite-se ser a criada esmerada na aparência. Por outro lado, como não ser criada na realidade significa ser patroa, Juliana passa a adorar Luísa: “Andava em redor dela com um sorriso servil, sem ruído; ou defronte da mesa, com os braços cruzados, parecia admirá-la com orgulho, como um ser precioso e querido, todo seu, a *sua ama!*” (665). E esta idolatria acaba por transformar-se em identificação, não com Luísa propriamente, mas com a qualidade “patroa” de Luísa. Sabendo que Luísa é apenas a patroa aparente, reconhece-se nela como patroa real. Daí seus elogios a Luísa, que nada mais são do que elogios a si mesma: “Que olhe, Sra. Joana, não se acha melhor que aqui. Senhora de muito bom gênio, nada de esquisitices, nenhuma prisãoes... Ai, é dar louvores ao céu de estarmos neste descanso.” (688).

No entanto, o servilismo e os elogios são falsos: o ódio é a verdadeira substância da alma de Juliana. Tão forte que a incapacita de calcular racionalmente todos os passos da ação. Daí a necessidade de uma razão instrumental alheia, que auxilie Juliana. É o que representa a personagem tia Vitória. “Foi a tia Vitória que a calmou, e a dirigiu.” (708). É ela que arquiteta os pormenores do plano da chantagem.

E não tarda a ocasião para que se ponha em prática o plano. Num momento de raiva, fazendo-se valer do direito de patroa real, Luísa despede Juliana. Esta anuncia a prova do adultério e exige o dinheiro.

Convém insistir no caráter instrumental da chantagem. Não se trata de mera vingança ou mera vontade de destruição. A chantagem, aos olhos de Juliana, é perfeitamente moral e justificável. O fato de ter achado a carta é recebido como uma bênção divina. A chantagem é essencialmente o instrumento de libertação, significa dinheiro, a negação da condição de criada e a realização de aspirações de uma vida mais humana.

Revelando possuir as provas do adultério, Juliana põe-se objetivamente como sujeito e reduz Luísa a mero objeto. Sua vontade é agora determinante: Juliana é senhora da senhora.

Mas a chantagem, tal como fora concebida inicialmente, fracassa. Basílio, a fonte do dinheiro, a fim de safar-se da situação, viaja para Paris. E Juliana, numa explosão de ódio que manifesta sua aguda consciência de si (pp. 722-4), exige o dinheiro agora diretamente de Luísa. Exigência absurda, pois esta não pode conseguí-lo de forma alguma.

Orientada pela tia Vitória, representando sempre a voz da razão, Juliana resolve mudar de tática. Se fosse deixar-se levar pela emoção, tornaria o adultério público, simplesmente para ver a felicidade dos patrões destruída. Mas tia Vitória é mais esperta: “ – Não lucras nada com isso. Ou que eles se desquitam, ou que ele lhe parta os ossos, ou que a mande para um convento—tu não ganhas nada.” (730). O melhor era voltar à casa e tirar partido do medo de Luísa. Esta não tem como livrar-se de Juliana, que volta e sob a aparência da antiga relação patroa-criada, realiza-se a dominação de Juliana, que é perfeitamente consciente disto: “ – Quem manda agora, sou eu.” (723). Juliana já é senhora da senhora. Agora Luísa torna-se criada da criada, completando-se assim o movimento dialético.

III

A tirania de Juliana vai exercer-se de maneira sutil e camuflada, o que não diminui a violência da dominação, ao contrário, acentua-a: a vida de Luísa transforma-se num martírio, numa expiação, tão dolorosa quanto prolongada. Luísa tenta primeiramente defender-se, executando pequenas tarefas domésticas, como se Juliana não existisse. Mas Juliana reivindica para si todo o trabalho, declarando: “Aqui a criada sou eu” (732), frase que expressa tanto a certeza de que *não é criada*, como o orgulho de poder permitir-se representar o *papel* de criada. Juliana é livre.

A partir de então, a tática de Juliana consiste em ameaçar Luísa e obter, através da intimidação da patroa, o que ela deseja. É o modo pelo qual ela se *humaniza*, isto é, passa a dispor do mesmo ambiente dos patrões. Juliana consegue assim um quarto decente, vestidos, roupa branca, melhor comida, casacos, perfumes, tapetes. E Luísa, para tentar encobrir a origem da visível prosperidade de Juliana, começa a *trabalhar* para ela, costurando, reformando vestidos. E Juliana começa a viver: “Juliana, bem alojada, bem alimentada, com roupa fina sobre a pele, colchões macios, saboreava a vida: o seu temperamento adoçara-se naquelas abundâncias; depois, bem aconselhada pela tia Vitória, fazia o seu serviço com um zelo minucioso e hábil.” (750).

Mas Juliana não se detém na fase de adoração fetichista dos objetos iguais aos da “outra”. Resolve também *gozar* a vida, isto é, ter a vida da patroa, acordar tarde, sair, ir ao teatro, e finalmente, reduzir ao mínimo sua atividade no trabalho. E na proporção em que Juliana deixa de trabalhar, Luísa passa objetivamente a fazer todo o trabalho da criada.

É tão visível a inversão dos papéis, que Jorge acaba por despedir a inútil criada. Mas esta consegue mais uma vez impor-se frente a Luísa, exigindo, além disso, que Joana seja imediatamente mandada embora. E de Luísa, exige obediência absoluta. Juliana pretende ser a Tirana, exercer o poder incondicionalmente. Nessa nova situação não está a tia Vitória a aconselhá-la, isto é, seu comportamento é fruto exclusivo do ódio, sem o contrapeso da razão. Juliana ultrapassa os limites de uma dominação equilibrada e negociada. Sua finalidade é a transformação integral de Luísa em objeto, sem contar com as possibilidades objetivas que tem Luísa de agir como membro de uma classe, pois se Luísa é criada em relação à Juliana, é ainda a Patroa, na medida em que é membro da classe dominante. Assim a armadilha que ela prepara com Sebastião, faz valer a dominação real e efetiva da classe, como poder policial, sobre a criada. Sebastião aparece com a polícia, e também sob ameaça, arranca as cartas de Juliana. Eis como ela reage: “Ela rangia os dentes. Estava apanhada. *Eles* tinham tudo por si, a polícia, a Boa Hora, a cadeia, a África... E ela — nada!” (805). Juliana percebe por fim a distância infinita entre ela e o poder de toda uma classe, poder esse ramificado e distribuído por toda a sociedade, e sobre o qual ela não tem a menor influência. Mas entre esta vaga intuição e a sensação imediata, a distância é também infinita. Seu ódio contra Luísa atinge uma intensidade como nunca tinha se manifestado. E as cartas, esse objeto mágico que transmite energia ao seu corpo doente e velho, ao passarem ao poder de outros, cessam de emanar aquela força vital que ainda a mantinha em vida. Totalmente despossuída e abandonada, Juliana cai morta.

IV

“Un valet c’est tantôt un homme qui joue à être domestique, tantôt un domestique qui joue à être un homme, en d’autres termes, un homme qui rêve dans l’horreur qu’il devient sous-homme ou un sous-homme qui rêve dans la haine qu’il devient homme.”²

A Juliana bem cabe a definição. O valor de Eça consiste justamente em tornar viva esta dialética, conhecida desde os célebres textos da *Phenomenologie* hegeliana. Mas o que realmente significa a personagem Juliana?

Certo, Juliana é um indivíduo, mas é inútil tentar limitar esta individualidade a uma mônada fechada sobre si mesma, desprovendo-a de uma significação que ultrapassa o âmbito reduzido do “sujeito psicológico” burguês. Juliana é mais do que um indivíduo, na medida em que é uma criada dotada de consciência de si. É esta autoconsciência que a permite passar do ser-criada ao parecer-ser-criada, isto é, dispor livremente do seu comportamento, segundo a necessidade. Esta

(2) Jean-Paul Sartre, *Sain Genet Comédien et Martyr*, Paris, Gallimard, 1952, pg. 568.

distância em relação a si própria é possível ao colocar-se no ponto de vista do ser-outro que a nega como ser humano, a senhora. Juliana torna-se senhora, mas sob a aparência de criada. Mais exatamente, torna-se o ser criada-senhora, que não é realmente nem criada nem senhora: como criada aparente, é a senhora real frente a uma criada real que é a senhora aparente. Em suma, a essência de Juliana exige necessariamente um outro (Luísa).

Na verdade, a personagem Juliana encarna a essência da contradição inerente a toda figura da servidão. Nesta medida seu ser psicológico é a expressão empírica do seu ser social mais profundo. Com isto podemos pois falar da dimensão social de Juliana, isto é, do seu significado real e não aparente.

Juliana traz como ser social, como ser que na sua individualidade põe uma coletividade, a possibilidade de abarcar a sociedade como um todo. Nesta medida Juliana veicula uma certa consciência de classe no sentido lukácsiano do termo, isto é, o ponto de vista específico que permite o conhecimento da totalidade social. Mas para Lukács, a totalidade é definida em termos histórico-econômicos, e é o proletariado que encarna aquele ponto de vista globalizador. Em Eça, a totalidade social é de natureza *moral*. A presença de Juliana em *O Primo Basílio* permite a crítica a todo tipo de hipocrisia e falsidade morais imperante nas classes médias e superiores; mas nada mais que isso. Esta limitação é que impede o conflito serva-senhora de significar também uma luta de classes, no sentido de luta entre proletariado e burguesia, pois é apenas neste nível que os temas implícitos na relação criada-senhora (capital, propriedade, trabalho, salário), encontram sua expressão adequada e desenvolvida.

O conflito Juliana-Luísa é antes uma pré-figura da luta de classes, na medida em que envolve os caracteres comuns a toda luta entre explorados e exploradores. Neste sentido é interessante atentar para a personagem tia Vitória, que poderia ser considerada o símbolo caricato do partido político do proletariado, aquele que tem conhecimento dos interesses e dos fins a que o proletariado se propõe, e que representa sua razão no seu mais alto grau de consciência.

Ora, esse personagem complementar de Juliana indica a separação rígida, em Eça, entre razão e emoção. E como, por um lado, a razão é incapaz de resolver os conflitos, pois é mera forma e seu conteúdo é dado pela emoção, e por outro lado, o problema é de natureza moral, trata-se de escolher a emoção que seja portadora do mais elevado valor moral. Assim Juliana não deverá, aos olhos de Eça (e aqui o "realismo" mostra sua dívida para com os valores e não para com a mera realidade), pois que é portadora do ódio, trazer a solução moral para a miséria moral da sociedade. O fracasso de Juliana não simboliza a impotência do proletariado para resolver os problemas da sociedade, é antes a condenação de Eça ao mal, à inveja, ao roubo, à extorsão e tudo o que há de negativo em Juliana.

Para Eça, os problemas sociais são na verdade morais e trata-se de estimular os sentimentos morais que irão realizar os valores morais superiores. Desta forma, podemos entender como Eça pode passar da criada má para a criada boa (no conto *A Aia*), que sacrifica seu filho à rainha e ao povo. A condição de classe dos indivíduos é irrelevante, são os indivíduos dotados de sentimentos morais elevados que podem realizar o bem da sociedade.

Juliana tem um duplo significado: por um lado, é o explorado, o humilhado; por outro, é o ódio e a maldade. Ora, como o objetivo último de Eça é a crítica moral, a Juliana-explorada (dimensão objetiva) tende a ser sufocada pela Juliana-malvada (dimensão subjetiva). E nesta tensão não resolvida, nesta contradição permanente, Juliana não é apenas uma figura literária, mas surge como expressão de um indivíduo vivo, magnificamente compreendido e retratado na sua condição desumana de degradação social e moral.